

[Notas Bio:] Investigadora associada do CES. Doutora em Sociologia, Universidade do Porto (UP); Mestra em Sociedad de la Información y del Conocimiento, Univ. Oberta de Catalunya; Licenciada em História, UP; Pós-Grad. Ciências Documentais, UP. Atualmente investiga a interseção da literacia da informação com a publicação científica e as bibliotecas. Dinamiza a enLeio, Rede de Investigação Bibliotecas, Políticas e Leitura. Defensora do Acesso Aberto, foi membro do Conselho Executivo e editora para Portugal do Repositório e-LIS. Neste e no SocArXiv deposita os seus trabalhos. ORCID iD 0000-0003-2069-5631.

Associate researcher at CES. PhD in Sociology, University of Porto (UP); Masters in Sociedad de la Información y del Conocimiento, Univ. Oberta de Catalunya; Graduated in History, UP; Post-Grad. Documentary Sciences, UP. She currently investigates the intersection of information literacy with scientific publication and libraries. She coordinates enLeio, Research Network on Libraries, Politics and Reading. Open Access advocate, she was a member of the Executive Council and the editor for Portugal of the e-LIS Repository. Works deposited in e-LIS and in SocArXiv. ORCID iD 0000-0003-2069-5631.

Trabalho financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., DL57/2016/CP13, no quadro da Refª SFRH/BPD/82215/2011.

Bibliodiversidade com democracia: políticas ABM

Bibliodiversity with democracy: LAM policies

Paula Sequeiros. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
paulasequeiros@ces.uc.pt. ORCID 0000-0003-2069-5631.

Resumo

Propõe-se um cruzamento entre democracia e bibliodiversidade para enquadrar políticas de documentação e bibliotecas públicas requeridas pelo presente contexto social e político. Situa-se historicamente o conceito de leitura pública em Portugal. Refere-se a necessidade de imaginação transformadora para responder aos questionamentos que uma fruição plena e alargada das bibliotecas públicas coloca, passando por possibilidades colaborativas com outros agentes culturais para dar voz a formas de cidadania enriquecedoras da vida social e dar corpo à ressignificação da memória social.

Palavras-chave: democracia; diversidade social; desigualdades sociais; políticas bibliotecárias e documentais; bibliotecas públicas.

Abstract

A proposal is advanced to cross democracy and bibliodiversity as a framework for public libraries and documentation policies, required by the present social and

political context. The concept of public reading in Portugal is historically situated. A reference is made to a transformative imagination needed to address questions that a full and extended fruition of public libraries poses. This includes the possibilities for collaboration with other cultural agents to give voice to forms of citizenship that enrich social life and to embody the resignification of social memory.

Keywords: democracy; social diversity; social inequalities; information and library policies; public libraries.

1. Um debate a reabrir

Este trabalho enfoca-se no cruzamento de democracia e bibliodiversidade como dimensões centrais para enquadrar programas de ação para bibliotecas e serviços de documentação, requeridas pelo presente contexto social e político. Para tanto questionarei alguns conceitos frequentemente usados política e profissionalmente. Com esta reflexão espero contribuir para setores da cultura próximos, tais como arquivos e museus, conhecida que é a interrelação existente entre serviços, utentes e práticas. Institucional e politicamente essa relação não encontra terreno aberto, de fácil realização. Tem, no entanto, potencial e algumas concretizações. Para as compreender lembre-se a história antiga e a permanência da proximidade geográfica e institucional entre algumas bibliotecas e arquivos ou a mais recente história entre centros de documentação e mediatecas e alguns museus. O debate sobre a interseção de subsetores públicos culturais (arquivos, bibliotecas e museus) é importante para propostas de política cultural que considerem a conjugação de intervenções para melhores serviços e mais benefício público, associando profissionais, utentes e espaços em projetos democráticos, com exigência de diversidade sociocultural. Nas atuais condições de fortes cortes e restrições impostas desde os anos da Troika aos serviços públicos, é prudente deixar claro que medidas recessivas, pretextadas da perspetiva gestionária ou tecnológica, não

são consideradas neste debate dado o compromisso social que aqui assumo.¹

2. Algumas notas sobre leitura pública e bibliotecas públicas em Portugal

Em Portugal, um conceito novo de *leitura pública* foi sendo caracterizado, nos anos 80 e 90, para designar um serviço público prestado à população em geral e mediado por bibliotecas públicas municipais. Estas foram criadas ou reconfiguradas através de acordos e programas estabelecidos entre uma tutela (nacional) da cultura e alguns órgãos da administração autárquica (municípios). A preocupação com uma conceção democrática destas bibliotecas novas e a renovar levou à publicação de documentos orientadores durante o processo de criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP). Este foi um processo longo iniciado nos anos 1980, bem depois da Revolução de Abril, baseado em debate público dentro da profissão e com algum alcance comunicativo à sociedade, consolidado em regulamentação do Estado central durante os anos 90. Uma boa síntese da intrincada história da RNBP até à década passada, das suas tensões, estrangimentos e desenvolvimentos, foi publicada por Ângela Salgueiro Pereira (2013). Aproveitando a referência, relevo as obras aí citadas de Maria José Moura (1986, 1996), a bibliotecária impulsionadora, e de Daniel de Melo (2004, 2005) pela adequação à abordagem que aqui proponho.

Brevemente assinalo a precedência e simultaneidade de outras bibliotecas de acesso público, de propriedade não pública mas de iniciativa filantrópica da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), e que almejavam uma leitura pública moderna ainda em tempos de ditadura fascista, ou seja, antes do 25 de abril de 1974.

¹ uma primeira síntese sobre este tópico, da minha autoria, consta do *Mil Folhas: Boletim quadrimestral* nº 5 2022, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

A ligação internacional a outras realidades tem sido comentada. O reconhecimento da influência da biblioteconomia progressista desenvolvida em França, no debate de então em Portugal, ficou sinalizado. Em especial foi mencionado Jean Tabet (Branco et al. 1983; Pereira, 2013), bibliotecário e professor, ativista anticolonial e antifascista com algumas obras escritas (Gascuel, 2011), o qual participou num debate que alimentou a criação da RNBP.² O seguimento feito a linhas de orientação da UNESCO ficou então evidente, como referirei.

As e os bibliotecários que lideraram as correntes modernizadoras na FCG e RNBP convergiram em estratégias para uma leitura pública que configuravam uma viragem sociopolítica. O posicionamento em prol da leitura pública no país, durante esse período, pode ser sintetizado por uma dialética entre rutura e propositura que se foi prolongando, já que uma “transição democrática” estrutural em bibliotecas e arquivos tardou em concretizar-se. Um grupo de profissionais assumiu protagonismo com o lançamento do documento «Leitura Pública em Portugal: manifesto» (Branco et al. 1983). Defenderam a rutura com os serviços existentes de leitura configurados para um grupo privilegiado em literacia, com escolarização além do mínimo e familiaridade com a leitura, isto é, uma pequena minoria da população. Pragmaticamente, a proposta era uma viragem democrática expressa num conjunto de requisitos a cumprir para adesão à RNBP e ao respetivo quadro de financiamento e a inscrever em projetos de bibliotecas, então generalizadamente insuficientes ou inexistentes em muitas cidades. Os requisitos centravam-se em: serviço gratuito para todas as pessoas, acesso livre às estantes, empréstimo domiciliário, bibliotecas abertas (automobilizadas e/ou coleções circulantes entre várias localidades) e maior oferta de leitura recreacional.

² cf. esta breve menção: En mémoire de Jean Tabet (1940-2011), bibliothécaire militant. *Biblioweb*. <https://biblioweb.hypotheses.org/49340>

Note-se que até esta data não foi ainda aprovada uma Lei para as bibliotecas públicas, como os grupos de trabalho consultivos, constituídos por profissionais, propuseram desde o início do processo da RNBP.

A UNESCO foi, nesse contexto de modernização e durante as décadas de 80 e 90, um referente institucional para a reflexão sobre as bibliotecas em Portugal. Desde 1969, aquela organização da Nações Unidas vinha publicando linhas de orientação para políticas culturais e aplicação democrática do financiamento público que influenciaram a criação de organismos tutelados pelo Estado, em diversos países europeus, para coordenar a edição do livro e o serviço de leitura das bibliotecas públicas. Como pano de fundo, e tendo em conta preocupações expressas por vários representantes nacionais, a UNESCO referia, em especial, a preocupação por limitações e constrangimentos a essas políticas por parte de estados autoritários, elencando questões fulcrais a resolver (Silva, 2015):

- 1) A política cultural deve ser tão dinâmica quanto a cultura;
- 2) A democratização já não é promover o acesso mais amplo à "cultura de classe alta", é promover a participação ativa e estimular o poder das criações;
- 3) Recursos financeiros não são suficientes: é necessário pessoal profissionalizado;
- 4) Os países em desenvolvimento estão sujeitos a distorções culturais promovidas pela penetração dos meios de comunicação social;
- 5) A centralização num organismo público de nível nacional para os assuntos culturais é desejável;
- 6) As ONG desempenham um papel importante no desenvolvimento cultural.

No relatório da UNESCO constam como participantes, além de representantes governamentais, intelectuais e pesquisadores da cultura (Pierre Bourdieu, Joffre Dumazedier, Richard Hoggart) e outros agentes designados como ONG, tais como Conselhos Internacionais da Música,

de Museus, de Arquitetura, da Filosofia e de Estudos Humanísticos. É de realçar que estas iniciativas eram propagadas por associações internacionais e nacionais de profissionais de BAD (Bibliotecas, Arquivos e Documentação) e invocadas para legitimar a fundamentação perita e política das demandas que colocavam aos seus governos, o que no caso português também sucedeu. Lidas hoje, várias questões colocadas parecerão atuais, enquanto ressaltará o muito que permanece por resolver. Serão estas ainda hoje boas orientações para uma política cultural para bibliotecas? É questão a que voltarei mais à frente.

Antes, avançarei umas linhas para um esclarecimento necessário sobre os significados possíveis de leitura pública em Portugal. Historicamente a expressão aparece no início do séc. XX associada, antes do mais, a um espaço aberto ao público em geral, a uma sala dentro de uma biblioteca com vertente patrimonial (de tipologia nacional, por exemplo) onde se podia fazer leitura individual e silenciosa. Neste sentido, leitura pública persiste ainda na sinalética e/ou na designação de salas em algumas bibliotecas públicas. Note-se que uns séculos antes podia encontrar-se um significado diferente, histórico, de *leitura em voz alta* por uma pessoa para um grupo assistente (Rebelo, 2002).

Em França, e na aceção mais recente, foi localizado um primeiro uso do termo em 1945 na legislação que criou a *Direction des bibliothèques de France et de la Lecture publique*, no contexto político da *Instruction publique* dirigida a todos os cidadãos (Enssib, 2014). Leitura pública abrangia formas e práticas leiturais concretizadas pela *mediação das bibliotecas públicas*, envolvendo pessoas, objetos de leitura e espaços.

Conhecida a influência de uma biblioteconomia avançada a partir de França, não se estranhará que o termo leitura pública tenha permanecido neste campo profissional intimamente associado à leitura em bibliotecas de acesso público e figure cedo na linguagem profissional do grupo promotor da RNB (Branco et al. 1983, p. 11). Este conceito, note-se, continua a ser usado em língua francesa e espanhola,

enquanto em sentido histórico é empregue sobretudo em textos originais de língua inglesa.

3. Declarações e reconfigurações

Pretendo reforçar, neste passo do texto, que as narrativas institucionais construídas nos denominados países ocidentais proclamaram como definidoras das bibliotecas públicas um conjunto de proposições: a abertura universal ao uso (são para *todos*), a liberdade de acesso à documentação (portas abertas são *a liberdade* de leitura) e a custódia das coleções e fundos (objetos de leitura são *a memória*). Por processos discursivos, por práticas institucionais de oferta de leitura e de espaços leiturais, foi sendo criada uma narrativa hegemónica e simplificadora sobre a bondade intrínseca da biblioteca pública, entidade abstrata e universalizada. Num futuro a construir, e tendo em mente políticas alternativas de compromisso social entre bibliotecas e pessoas leitoras, essa narrativa requer questionamento e imaginação transformadora desde agora.

Uma história crítica, atenta às desigualdades sociais e às diversas formas de opressão, abre para outra compreensão ao lembrar que: as mulheres tiveram de ganhar acesso pleno ao espaço público, nomeadamente à permanência autónoma em salas de leitura públicas (Sequeiros e Passos, 2013); às pessoas racializadas ou cuja apresentação em público divergisse da do padrão branco, patriarcal, das classes médias instruídas o acesso não era franco e podia nem ser franqueado, mesmo sob exceção. Como tornar mais público o espaço público das bibliotecas é um fito e não necessariamente um feito (Clark, 2012), várias exclusões permanecem, ainda que por processos tácitos.

Nesta abordagem ao modelo da biblioteca moderna tomo como referência histórica, sobretudo, o quadro dominante da Europa em que tenho investigado. Entendo que será prudente reconhecer, a partir de

percursos alternativos àquelas narrativas institucionais, as experiências de contestação e resistência ligadas à concretização de direitos em Portugal (Matos, 2017) e noutros países, nomeadamente do Sul global. Estas permitirão, também para os direitos culturais, uma abertura do horizonte de possibilidades para o momento atual. Colocar perguntas sobre como concretizar esses direitos, o que é socialmente relevante trazer para dentro das bibliotecas públicas, que formas de participação da sociedade ativar e como atender a ideias e práticas a incorporar, é abrir caminho para demandas concretas, para uma democratização profunda e significativa (Santos e Avritzer, 2003).

As crises recentes e em curso – financeiras, económicas, de saúde, da governação política, da paz – revelam âmbito e consequências mundiais e mostram ao mesmo tempo o crescimento de desigualdades mais desigualmente infligidas e que ameaçam a vida humana e de outros seres no planeta. As bibliotecas, e com elas as pessoas que leem através do seu agenciamento, estão imergidas nestas crises: grandes recuos orçamentais, reduções de trabalhadores, de aquisições de materiais de leitura, ameaças aos direitos de criação e de acesso à cultura, à informação, à leitura pública, vigilância e constrangimentos fortes aos encontros e à copresença com pessoas outras que corporizem diversidade social de género, raça, linguística ou funcional.

Casos particulares de ataques à liberdade de ler e de frequentar bibliotecas e, especialmente, de ler em diversidade em bibliotecas escolares entre 2020 e 2022 merecem destaque para uma análise de situações que, não sendo já inéditas, seriam improváveis há poucos anos. Na sequência de medidas de maior abertura e de programas de ação com sensibilidade para as injustiças sociais localmente vividas, várias bibliotecas nos EUA, apoiadas pela ALA (American Library Association), compraram e promoveram leituras de obras sobre os direitos das mulheres – reprodutivos em particular – e de género não heteronormativo – LGBTI+ –, sobre o racismo e o colonialismo e questões de minorias culturais. Algumas das obras e sessões

selecionadas enfatizavam como pessoas comuns se haviam tornado lideranças em conflitos pela justiça social. Tudo isto, note-se, nos dois ou três anos mais recentes da atual presidência dos EUA. Após prolongadas discussões entre responsáveis das bibliotecas, administrações escolares e responsáveis educativos que as integravam fizeram publicar listas de livros, vídeos e de assuntos a proibir em estabelecimentos locais – o que foi publicamente contestado –, apontaram bibliotecários a despedir e incentivaram queimas de recursos de leitura (Albanese, 2021; Dellinger e Serrano, 2022). Note-se que foram sinalizadas ações concertadas através do país para esta pressão política conservadora e com alvo na leitura pública e escolar (Albanese, 2022; Friedman e Johnson, 2022). Associações e ativistas de direitos humanos renovaram declarações de apoio à ausência de censura nas bibliotecas e de defesa dos profissionais mais atingidos, intervieram no espaço público e de decisão política (ALA Office For Intellectual Freedom, 2017; ACLU, 2022). Bibliotecas de outras localizações fizeram saber que colmatariam a falta dos títulos atingidos com empréstimos digitais (Alquist, 2022; Ellis, 2022; Friedman e Johnson, 2022). Sobre estes processos de conflito, ainda não encerrados e que poderão ter consequências duradouras (Yorio, 2022), podem fazer-se alguns comentários desde já: bibliotecas com uso alargado e popular acolhedoras de temáticas de resistência a ideias racistas e coloniais e a ideias de violência hetero-patriarcal necessitam da sustentação solidária, noticiosa e legal para existirem em tranquilidade e cumprirem as suas finalidades democráticas. Contra a mesmidade, “MORE” foi o lema da PEN America na recente campanha a propósito da liberdade de ler (Albanese, 2022). Não foi uma suposta ignorância ou indiferença face ao livro e à leitura, não foi a crescente digitalização – um uso socializado abriu barreiras – que constituíram ameaças atuais ao que de público tem a leitura. Foram antes as reações de regimes de poder conservadores e autoritários, abalados por práticas de bibliodiversidade que se tinham tornado populares, simples de replicar, e difíceis de impedir num quadro normativo corrente. Daí que o

argumento da campanha moralista se tenha afinado pela puritana “defesa da inocência das crianças” (Heins, 2001). Já a importância da leitura em liberdade para o exercício da democracia na vida quotidiana ficou, com esses mesmos ataques, manifesta.

4. Bibliodiversidade

Aceitando a diversidade social como um imperativo dos usos democráticos de uma instituição cultural, espera-se que uma biblioteca pública exprima a importância que atribui à diversidade entre pessoas suas leitoras e à diversidade dos objetos e modos de leitura. Ou seja, que se dote de uma pluralidade de meios e conteúdos, que proporcione espaços variados e flexíveis, apropriáveis em modos diferentes de ler e de estar (Clark, 2013), que possibilite concretizar a equidade nas práticas leiturais proporcionando variados suportes físicos e dispositivos de leitura. Abordo de seguida o conceito de *bibliodiversidade* para o que farei um recuo no tempo.

No princípio deste século geraram-se, a partir dos próprios espaços de leitura pública, expectativas de democracia em consonância com tomadas de posição do setor livreiro independente e das suas associações. Reunidas em 2005 na *Feria internacional del libro de Guadalajara*, muitas dezenas de editoras independentes de 23 países, sobretudo da América Central e do Sul, publicaram uma vigorosa declaração conjunta com reverberação através da comunicação social (Unión Latina et al., 2005). Esta declaração, por sua vez, foi uma resposta imediata à publicação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO (2005) onde se explicita a analogia com a perda da biodiversidade no planeta. Da mesma forma, sem diversidade cultural a produção e o acesso às expressões culturais de indivíduos, grupos e sociedades estariam ameaçadas. As entidades signatárias advogaram que “a extinção das expressões culturais dos países atenta contra a própria existência

destes como nações” e assumiram a bibliodiversidade como um requisito da democracia (Unión Latina et al., 2005). Também essa declaração recuou, então, na linha cronológica, retomando o termo bibliodiversidade forjado em 1999 por um dos livreiros associados (Gutiérrez de la Torre, 2005).

Esse subsetor económico argumentou ainda que a concentração económica produzida pela globalização vinha eliminando as pequenas empresas editoriais e livreiras – muito criativas e singulares – e assim reduzindo uma oferta editorial abundante e com relevo social. Neste ponto, a declaração da UNESCO sobre a diversidade das expressões culturais foi invocada em apoio da sua argumentação. Daí o apelo expresso à solidariedade entre “os atores do mundo do livro” e à criação de colaborações entre as editoras independentes para a produção e difusão entre o Sul e o Norte globais. Os signatários assumiram ainda o valor dos contributos de agentes de pequena escala para uma vida democrática plena, relevando especialmente a grande diversidade das línguas como valor a proteger (UNESCO, 2002). Entendo que, por razões idênticas, as bibliotecas, parte de um ecossistema do livro e da leitura, encontram na bibliodiversidade um requisito fundamental.

A recente Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO (2022) refere-se à diversidade cultural como uma “fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade [...] tão necessária para o género humano como a diversidade biológica para os organismos vivos”. Pelo que “constitui património comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.”

5. Considerações finais

A leitura praticada molda os lugares das bibliotecas e é procurada e valorizada diferentemente. Varia como quem lê: pessoas sós ou em

grupo, com diversidade de género, funcional, cultural, racial, de idade, classe, nacionalidade, língua, com familiaridade ou não com a leitura e com o espaço, como se conclui em pesquisas de casos (Sequeiros, 2010; Carlsson, Hanell e Lindh, 2013). Portas adentro, o compromisso social da biblioteca reverte para o reconhecimento tanto da individualidade como da pluralidade das pessoas leitoras. O que implica ter em conta as desigualdades sociais existentes e propiciar “atmosferas de leitura” (Sequeiros, 2011) diversas para a diversidade social das e dos seus leitores efetivos e de leitores potenciais a quem pretenda abrir-se. A ligação social e política da biblioteca com o seu meio requer, por sua vez, uma conjugação de bibliodiversidade – de pessoas e de recursos de leitura – com democracia que enquadre as finalidades da própria instituição pública e que a sustente (Feria internacional del libro, 2007; Mihal, 2013).

Uma demanda democrática pelas liberdades de expressão e de acesso à expressão converge com a bibliodiversidade em reconfigurações possíveis que se estendem além de grupos sociais, territórios e leitores habituais e que passam por recursos e meios digitais alternativos. As referidas proclamações da UNESCO, ainda que com aplicação reduzida face ao teor dos apelos e à sua dimensão internacional, estão em boa parte por concretizar. Sem nostalgia e com uma visão realista quanto às mudanças possíveis hoje, entendo que não as invocar, simultaneamente com a sua incompletude e o seu potencial, é um desperdício simultâneo de história, de saber, de oportunidade de atualização democrática.

Algumas experiências de bibliotecas que se mantiveram operantes durante a pandemia de COVID no país – entrega domiciliária de livros, de jogos, atendimento telefónico – são um outro contributo para melhor entender e adequar a biblioteca ao tempo presente. Os serviços bibliotecários foram invocados em momento de pandemia como sendo essenciais à população (Alvim, Silva e Borges 2021; Portugal M.C. DGLAB, 2020) a par de outros serviços públicos.

Requer-se para tanto uma imaginação que responda aos questionamentos colocados por uma fruição cidadã equitativa e plena. Este é também um imperativo em contextos de barreiras e ataques conservadores e totalitários.

Atenção e compromisso social abrem possibilidades de enraizamento nas populações próximas e de ação colaborativa com outros agentes: movimentos sociais, cooperativas, associações, grupos de leitura ou de atividades culturais, livrarias, arquivos, museus que possam dar voz a formas de cidadania enriquecedoras da vida cultural e dar corpo a ressignificações da memória social, para além da mera contemplação dos objetos em custódia.

A bibliodiversidade como serviço público de leitura potencia uma relação recíproca de atenção e escuta do meio social.

Boas bibliotecas do futuro são desejadas hoje e podem transformar-se desde agora. *O caminho faz-se a ler*, com exigência cidadã.

Referências bibliográficas

ACLU (2022). Banned Books: American Civil Liberties Union. <https://www.aclu.org/issues/free-speech/artistic-expression/banned-books>.

ALA Office For Intellectual Freedom (2017). Banned & Challenged Books. <https://www.ala.org/advocacy/bbooks>.

Albanese, Andrew (2021). Librarians, Educators Warn of ‘Organized’ Book Banning Efforts. *PublishersWeekly.Com*. <https://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/industry-news/libraries/article/87920-librarians-educators-warn-of-organized-book-banning-efforts.html>.

Albanese, Andrew (2022). PEN America Report Shows ‘Rapid Acceleration’ of Book Bans in Schools. *PublishersWeekly.Com*. <https://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/industry-news/libraries/article/90366-pen-america-report-shows-rapid-acceleration-of-book-bans-in-schools-nationwide.html>.

Alquist, Pierce (2022). Majority of American voters strongly oppose book banning. *BOOK RIOT*. <https://bookriot.com/overwhelming-majority-of-american-voters-strongly-oppose-book-banning-according-to-national-poll/>.

Alvim, Luísa, Silva, Ana Margarida Dias da e Borges, Leonor Calvão (2021). How are Portuguese Public Libraries «facing» Covid-19. *Qualitative and Quantitative Methods in Libraries*, (Special issue) 117–131. <http://qqml-journal.net/index.php/qqml/article/view/666>.

Branco, Alberto, Cabral, Luís, Cruz, Helena Braga, Fernandes, João Teixeira, Flores, Alexandre Magno, Guerreiro, Augusto D., Mesquita, Mariana, Nunes, Henrique Barreto, Palma, Amélia Mana, Patrício, Maria Carmo, Portilheiro, Joaquim, Revez, Idálio, Silva, Matos, Sottomayor, José, Sousa, José Motta, Trindade, Francisca, Portugal, Rui e Lobo, Maia

(1983). "A leitura pública em Portugal - Manifesto". *Cadernos BAD*, (1) .
<https://doi.org/10.48798/cadernosbad.932>.

Carlsson, Hanna, Hanell, Fredrik e Lindh, Karolina (2013). Exploring Multiple Spaces and Practices: A Note on the Use of Ethnography in Research in Library and Information Studies. *Information Research: An International Electronic Journal*, 18(3). <https://eric.ed.gov/?id=EJ1044647>.

Clark, Megan (2013). Becoming public: library design and the creation of public space. *Dalhousie Journal of Interdisciplinary Management*. 8(2)
doi:10.5931/djim.v8i1.220.

Dellinger, Hannah e Serrano, Alejandro (2022). Most efforts to ban books in Texas schools came from 1 politician and GOP pressure, not parents. <https://www.houstonchronicle.com/news/investigations/article/Texas-book-bans-driven-by-GOP-pressure-not-parents-17362170.php>.

Ellis, Danika (2022). Brooklyn Library offers access to banned ebooks to teens across the U.S. *BOOK RIOT*. <https://bookriot.com/unbanned-books/>.

Essib (2014). *Lecture publique*. Essib. <https://www.enssib.fr/le-dictionnaire/lecture-publique>.

Friedman, Jonathan e Johnson, Nadine Farid (2022). *Banned in the USA: the growing movement to censor books in schools*. PEN America. <https://pen.org/report/banned-usa-growing-movement-to-censor-books-in-schools/>.

Gascuel, Jacqueline (2011). Jean Tabet, militant intégral: hommage à plusieurs voix. *Bibliothèque(s)*, 59/60, 91-92.
<https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/60105-59-60-vues-de-l-etranger.pdf#page=93>.

Gutiérrez de la Torre, José María (2005). Sociedad lectora y 'Bibliodiversidad'. *Revista de educación*.
<https://redined.educacion.gob.es/xmlui/handle/11162/68824>.

Heins, Marjorie (2001). *Not in front of the children: 'indecent,' censorship, and the innocence of youth*. New York: Hill and Wang.

Matos, Ana Raquel (2017). O direito a exercer direitos: ação coletiva pelo protesto em Portugal e seus impactos. *Cescontexto - debates*.
<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/80999>.

Melo, Daniel (2004). *A leitura pública no Portugal contemporâneo, 1926-1987*. Imprensa de Ciências Sociais.

Melo, Daniel (2005). As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal (1957-1987). *Análise Social*, 174, 65-86.
http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732005000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

Mihal, Ivana (2013). Actores y procesos en la gestión de la bibliodiversidad. *Alteridades*, 23(45), 123-136.
http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0188-172013000100010&lng=es&nrm=iso&tlng=es.

Moura, Maria José (coord.) (1986). *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/LeituraPublicaRelatorio1986.pdf>.

Moura, Maria José (coord.) (1996). *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal* (p. 1-21). Grupo de Trabalho: Gabriela Lopes da Silva, Fernanda Eunice Figueiredo, Eloy Rodrigues e Rui Casteleiro. Ministério da

Cultura.

http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/16_RelatorioRNB96.pdf.

Pereira, Ângela Salgueiro (2013). *Bibliotecas públicas municipais portuguesas: forças e fraquezas de um modelo na esfera da sociedade da informação e do conhecimento* (Blanca Rodríguez-Bravo e Fernanda Ribeiro, Ed.; p. 657-675). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CETAC.MEDIA. e-LIS. <http://eprints.rclis.org/22773/>.

Portugal. Ministério da Cultura. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (2020). *Bibliotecas Municipais face à pandemia do Covid-19 (serviços de empréstimo)*. <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/noticias/Pginas%20de%20Arquivo/covidebibliotecas.aspx>.

Rebelo, Carlos Alberto (2002). *A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares (1870-1910)*. Campo das Letras.

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2003). Para ampliar o cânone democrático. In Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento.

Sequeiros, Paula (2010). *Ler uma biblioteca nas inscrições de leitores, espaço e Internet: usos e representações de biblioteca pública* [Tese de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/50425>.

Sequeiros, Paula (2011). The social weaving of a reading atmosphere. *Journal of Librarianship and Information Science*, 43(4), 261-270. e-LIS. <http://eprints.rclis.org/18015/>.

Sequeiros, Paula e Passos, Sónia (2012). The Feminine Reading Room: a separate space for women in a Portuguese public library. *Qualitative and Quantitative Methods in Libraries*, 2, 163-175.
<http://eprints.rclis.org/18632/1/QQMLPreprintELis.pdf>
http://www.qqml.net/papers/October_Issue/6QQML_Journal_2012_Sequeiros_Passos_2_163-175.pdf.

Silva, Gabriela Toledo (2015). UNESCO and the coining of cultural policy. *10th International Conference in Interpretive Policy Analysis*, 8-10.
http://ipa2015.sciencesconf.org/conference/ipa2015/pages/ToledoSilva_UNESCO_and_the_coining_of_cultural_policy_envioV3.pdf.

UNESCO (2002). Declaración Universal de la UNESCO sobre la Diversidad Cultural. In *Actas de la Conferencia General*, 31a reunión, París, 15 de octubre-3 de noviembre de 2001, v. 1: Resoluciones. p. 66-70.

UNESCO (2005). *Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales - UNESCO Digital Library* (p. 16).
https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000142919_spa.

UNESCO (2022). *UNESCO World Conference on Cultural Policies and Sustainable Development - MONDIACULT 2022: Final Declaration*.
https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2022/10/6.MONDIACULT_EN_DRAFT%20FINAL%20DECLARATION_FINAL_1.pdf.

Unión Latina, Alianza de Editores Independientes e Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (Org.) (2005). *Los editores independientes del mundo latino y la bibliodiversidad*. Guadalajara: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, Dirección general de publicaciones.
http://www.alliance-editeurs.org/IMG/pdf/decla_Guadalajara_esp.pdf.

Yorio, Kara (2022). *Censorship attempts will have a long-lasting impact on school library collections, SLJ Survey Shows*. School Library Journal. <https://www.slj.com/story/censorship-attempts-will-have-a-long-lasting-impact-on-school-library-collections-slj-survey-shows>.